



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSULTORIA JURÍDICA**

Processo Administrativo nº 8512149-55.2021.8.06.0000

Assunto: Análise da Minuta de Contrato a ser celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ/CE) e a empresa ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

PARECER

Em evidência, o processo administrativo acima identificado, por meio do qual a Coordenadoria de Central de Contratos e Convênios do TJ/CE remete, para análise e considerações desta Consultoria Jurídica, minuta de Contrato a ser celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (TJ/CE) e a empresa Associação Paranaense de Cultura - APC, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

Referido Contrato tem como objetivo a aquisição de software para o gerenciamento e automação das bibliotecas do Poder Judiciário do Estado do Ceará e Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, com fornecimento de licença definitiva do software, migração das bases existentes, treinamento e suporte técnico com atualização de versão.

Além da minuta em análise, instruem os autos os seguintes documentos:

- a) Documento de Oficialização de Demanda (fls. 06/11);
- b) Termo de Referência (fls. 12/48);
- c) Proposta das empresas consultadas (fls. 49/77);
- d) Certidão de regularidade fiscal (fl. 78);
- e) Atestado de capacidade técnica (fl. 79)
- f) Classificação e Dotação Orçamentária (fls. 87/88)
- g) Nota de empenho (fls. 95/96)

h) Documento de Oficialização de Demanda Retificado (fls. 176/181)
É, no essencial, o relatório. Cumpre-nos opinar.

Preliminarmente, cumpre registrar, novamente, que o âmbito de análise deste parecer se restringe, única e tão somente, aos aspectos legais da contratação direta ora pretendida, não se imiscuindo, pois, em aspectos técnicos, econômicos, de conveniência e oportunidade, que são próprios do Administrador Público no exercício de seu mister.

Firmada essa breve premissa basilar, passamos, nos tópicos seguintes, ao exame do vertente processo de dispensa de licitação e da minuta do Contrato, com o fito de escandir se os mesmos se encontram em consonância com os princípios e normas legais que lhes são pertinentes.

A) DA ANÁLISE DA VIABILIDADE DA PRESENTE CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, COM ESTRIBO NO ART. 75, inciso II, DA LEI Nº 14.133/21, BEM COMO DA LISURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRAZIDO A LUME.

Como consabido, repita-se por oportuno, a regra elementar no direito brasileiro é a compulsoriedade de pretérita licitação para a contratação de bens e serviços pela Administração Pública, conforme se depreende a partir da dicção do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, *in verbis*:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá sempre aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. (Grifo não originais).

Denota-se, entretanto, que a própria Carta Magna/88 atribuiu competência ao legislador ordinário para definir hipóteses excepcionais em que

é possível a contratação direta pela Administração Pública, seja por dispensa, seja por inexigibilidade, ambas sem a necessidade de precedência licitação.

Nesse diapasão, regulamentando a ressalva contida na primeira parte do supracitado inciso XXI, do art. 37 da CF/88, a Lei nº 14.133/21, encontra-se estabelecido, expressamente, em seu art. 75, os casos de dispensa da licitação.

Isto posto, no caso vertente, como visto, sustenta-se o cabimento da contratação direta da Associação Paranaense de Cultura - APC, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 74, inciso V e §5º, da Lei nº 14.133/21, *ipsis litteris*:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Depreende-se do dispositivo supra, sem maior esforço hermenêutico, que o caso em tela se amolda à hipótese de dispensa de licitação nele descrita.

Nessa senda, verificamos que a contratação, em questão, terá valor total de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), não ultrapassando o teto estipulado na lei de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Quanto ao processo administrativo trazido a lume, encontra-se este devidamente autuado, protocolado e numerado e nele consta, como vimos, manifestação técnica sobre a necessidade da contratação, a escolha da contratada e a estimativa de custos mediante prévia avaliação.

Presume-se, aqui, que as especificações técnicas no caso, quer quanto ao detalhamento das soluções pretendidas, quer quanto à avaliação dos custos estimados, tenham sido regularmente determinadas pela Secretaria de Administração do TJCE, com base no melhor atendimento às necessidades do Poder Judiciário.

Isso porque o tratamento de tais questões compõe a parcela de discricionariedade que norteia a atuação do Administrador Público no exercício de seu mister, cabendo-lhe decidir, dentre a ampla gama de opções, quais os melhores meios técnicos de dar cumprimento às reais demandas do serviço público.

Feita essa ressalva e avançando no tocante à existência de recursos orçamentários para o custeio do contrato, este foi expressamente confirmada nos autos.

Destarte, resta evidenciado, por conseguinte, que a contratação direta da Associação Paranaense de Cultura - APC, por dispensa de licitação, para a aquisição de software para o gerenciamento e automação das bibliotecas do Poder Judiciário do Estado do Ceará e Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, com fornecimento de licença definitiva do software, migração das bases existentes, treinamento e suporte técnico com atualização de versão, e que o processo administrativo em tela se apresenta formalmente regular.

B) DA ANÁLISE PRÉVIA DA MINUTA DO CONTRATO.

Examinando aludida minuta, vê-se que nela estão expressas, em redação clara e precisa, as chamadas cláusulas necessárias, previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/21, que são obrigatórias em todos os contratos administrativos e dispõem sobre: a legislação aplicável; a finalidade da contratação; as obrigações das partes; o preço contratado e a forma de pagamento; a dotação orçamentária; as sanções cabíveis; as hipóteses de revisão e rescisão; o foro eleito para dirimir eventuais questões não resolvidas administrativamente; além de outras que complementam sua execução

C) DAS CORREÇÕES A SEREM REALIZADAS NO INSTRUMENTO

Nota-se que o instrumento em questão se fundamenta com base no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, ocorre que, com base no cronograma da Portaria 1764/2021 deste Tribunal, a partir do corrente mês a nova Lei de Licitações passou a ser adotada por este sodalício para contratações diretas, devendo, portanto, dessa forma, ser alterado o dispositivo que consta como base para a contratação, para que passe a constar o art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, e ressaltando-se, mais uma vez, que os aspectos de conveniência e oportunidade não estão sob o crivo desta Consultoria Jurídica, estamos de acordo com a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa Planos Técnicos do Brasil Ltda, para

operar o contrato de aluguel do retrocitado espaço, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, nos termos da minuta do Contrato.

Sugerimos, por conseguinte, a remessa dos autos à douta Presidência deste Tribunal, para ciência e providências que entender cabíveis.

É o parecer. À superior consideração.

Fortaleza, 03 de dezembro de 2021.

ALLAN WLASTER
OLIVEIRA
FREIRE:06120940308

Assinado de forma digital por
ALLAN WLASTER OLIVEIRA
FREIRE:06120940308
Dados: 2021.12.03 12:02:04
-03'00'

Allan Wlaster Oliveira Freire
Assistente de Apoio Técnico

De acordo. À douta Presidência.

RODRIGO XENOFONTE
CARTAXO
SAMPAIO:8824958133
4

Assinado de forma digital por
RODRIGO XENOFONTE CARTAXO
SAMPAIO:88249581334
Dados: 2021.12.03 14:11:52 -03'00'

Rodrigo Xenofonte Cartaxo Sampaio
Consultor Jurídico